

## O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO E AS DESIGUALDADES DIGITAIS NO MARANHÃO: desafios para a construção da cidadania

FERREIRA, M.<sup>1</sup>  
TEIXEIRA, C.<sup>2</sup>  
BORGES, L. C.<sup>3</sup>

### RESUMO

Discute conceitos e perspectivas sobre a sociedade da informação e as desigualdades digitais ocasionadas pela falta do acesso as tecnologias de informação e da comunicação por parte significativa da sociedade. Mostra indicadores de desigualdades digitais no Maranhão. Reflete sobre as posturas e enfrentamentos que o profissional da informação deve assumir com o objetivo de fazer frente às brechas digitais. Debate sobre a construção da cidadania digital como perspectiva de um futuro melhor e menos excludente do ponto de vista digital. Finaliza propondo estratégias de enfrentamento às questões.

**Palavras-chave:** Sociedade da informação. Desigualdades digitais. Cidadania digital. Profissional da informação.

### ABSTRACT

Discussing concepts and perspectives on the information society and digital inequalities caused by lack of access to the information technologies and communication by significant part of society. Displays digital indicators of inequality in Maranhão. Reflects on the postures and confrontations that the information profession must take in order to tackle the digital gaps. Debate on the construction of citizenship as digital prospect of a better future and less exclusionary from a digital. Terminate proposing strategies to confront the issues.

**Keywords:** Information Society. Inequalities digital. Digital Citizenship. Information professional.

## 1 INTRODUÇÃO

As desigualdades digitais são os mais novos problemas sociais oriundas da não ordem social, cultura, política e, sobretudo, econômica que se desenha em face das transformações ocorridas com o advento das novas tecnologias de informação e da comunicação. A sociedade da informação, termo cunhado para expressar o contexto em que vive a sociedade atual, surge estabelecendo a informação e o conhecimento como os novos paradigmas econômicos. Nesta dimensão a informação aparece como um insumo estratégico dessa nova economia, nessa nova configuração social, merge uma sociedade globalizada na qual as tecnologias de informação e comunicação têm contribuído para uma desterritorialização, ou seja, para uma perda das fronteiras geográficas ou políticas tradicionais.

Na contramão desta visão acerca da sociedade da informação, existem correntes, que focalizam esse fenômeno com uma perspectiva mais realista e que objetivam analisar as desigualdades sociais e digitais que se agudizam frente a essa nova organização social. Na abordagem aqui desenvolvida, o objetivo é analisar as desigualdades digitais no Maranhão, apontando caminhos efetivos para construção da cidadania digital no Estado.

O percurso metodológico adotado neste trabalho consiste de pesquisa exploratória pautada nos procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica extensiva acerca do tema em debate. Na senda dos autores que refletem sobre o problema, mapeam-se os estudos de Castells (2007), Borges e Ferreira (2006), Tedesco (2006), Waiselfisz (2007), Bottentuit (2002), dentre outros. Os aportes teóricos destes autores foram importantes, pois forneceram subsídios durante o processo de análise dos indicadores de desigualdades sociais e digitais no Maranhão. Durante a elaboração deste texto também utilizamos dados elaborados através da pesquisa “Informação e Desigualdade Social no Maranhão”, ora desenvolvida junto ao Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. As informações levantadas através desta pesquisa, forneceram subsídios acerca da realidade social, cultural e digital do Estado federado em questão.

Este trabalho encontra-se estruturado em três momentos. Inicialmente discute-se através de breves referências, os conceitos e perspectivas sobre sociedade da informação. No segundo momento, apontam-se os indicadores de desigualdades digitais no Maranhão, notadamente um dos Estados mais pobre da federação. Por fim, no terceiro momento, ressaltam-se os mecanismos que podem transformar as condições de exclusão sócio-digitais em que estão inseridos muitos dos cidadãos maranhenses, situando o profissional da informação como mediador entre o cidadão a informação e o conhecimento.

## **2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: breves referências**

Já há algum tempo o termo sociedade da informação tem sido utilizado para caracterizar a sociedade atual, onde as informações circulam a velocidades e quantidades inimagináveis há poucas décadas. No contexto atual, frente às inovações e acontecimentos que transformaram as conjunturas das sociedades tradicionais ou sociedade industrial, como o advento da energia motora; fato que possibilitou a Revolução Industrial através da mecanização das fábricas e do cultivo dos produtos agrícolas, hoje os fluxos mais importantes que definem o poder não são de energia, e muito menos de matéria-prima, mas sim de informação.

A Sociedade da Informação, segundo Boltansky e Chiapello (2002), Calderón (2003) Castells (2007), representa profundas mudanças na sociedade, pois suas características principais influenciam o surgimento de uma nova ordem social construída a partir do papel central da informação e do conhecimento nos processos produtivos e sociais. Esses autores apontam que, algumas reflexões, acerca desses processos, que tem na informação seu fator preponderante, tem sido otimista e de certa maneira, ingênuos, ao analisar as características da sociedade informacional apenas sob uma ótica, a dos benefícios econômicos ocasionados pelo uso das novas tecnologias de informação e da comunicação. Estas definições acerca da Sociedade em muitos casos, estão fundamentadas em visões que de alguma maneira transpõem de forma linear as características de produção e distribuição do conhecimento à sociedade. Contudo, conforme Tedesco (2006, p. 8) essas leituras sobre a Sociedade da Informação, têm sido substituídas

por visões mais realistas e complexas, que buscam explicar por que o uso intensivo de conhecimento produz simultaneamente fenômenos de mais igualdade e mais desigualdades, de maior homogeneidade e maior diferenciação, de maior racionalidade e maior irracionalidade no comportamento do cidadão.

As características da Sociedade da Informação enfocadas aqui, a consideração como ordem social de profunda mudança na organização das relações sócio-culturais e políticas, configurando-se como um novo paradigma econômico, caracterizado pela geração e transferência quase instantânea de informação, capital e bens culturais, regula e condiciona a um só tempo, o consumo e a produção, nas sociedades capitalistas. Assim, a informação neste contexto, assume o papel de força motriz do desenvolvimento e nesta mesma perspectiva torna-se a “mola” que impulsiona o mundo, na mesma medida, justifica e legitima as novas formas de dominação e exploração do Sistema Capitalista.

O modo de produção do Capitalismo para Chauí (2006, p. 44), legitima-se “pela contradição econômica decorrente da divisão entre os proprietários privados dos meios sociais de produção e os trabalhadores como força produtiva”, o que se constitui o sujeito social deste sistema, o capital. Esta lógica estabelece o modo de ser da sociedade, que se fundamenta na exploração econômica e na dominação política, materializando-se em um conjunto de valores, idéias, normas, práticas e instituições impostas pela classe dominante à classe dominada. Neste sentido, entende-se que o termo Sociedade da Informação é uma nova forma de denominação utilizada para a apresentação da nova face do capitalismo na contemporaneidade, haja vista que as transformações ocorridas no mundo inteiro, apontam a informação como capital.

Este fenômeno é global e pode ser explicado pelo fato de que na atualidade o acesso a informação é bem mais fácil que em outros tempos, dado o surgimento das novas tecnologias de informação e da comunicação – TIC’s. Estas novas tecnologias promovem mudanças que impactam diretamente na vida das populações ao redor do globo. As TIC’s têm um papel importante na produção de formas inéditas de inclusão e de exclusão social (TEDESCO, 2006). Segundo dados da última pesquisa realizada pela UNESCO (2005) sobre o assunto, embora o número de pessoas conectadas à internet aumente rapidamente (os números passaram de 3% da população mundial em 1995 para mais de 11% em 2003), o

referido crescimento corre risco de ser detido por fatores ligados aos níveis de equidade social mais geral: ausência de infra-estrutura de comunicações em zonas pobres, carências educacionais básicas da população e enormes desigualdades na distribuição da riqueza. É necessário ter em mente que vivemos em uma sociedade onde 20% da população concentram 80% das receitas.

Tedesco (2006) afirma que “essa ‘fratura numérica’ se associa e alimenta a ‘fratura cognitiva’, que tende a se converter no fator chave que determina a inclusão ou exclusão social”. Para esse autor embora o conhecimento tenha sempre sido um fator chave para a participação social, nesses momentos seu papel assume características determinantes muito mais fortes do que no passado.

Assim, “as reflexões acerca dos rumos as sociedade da informação giram em torno de quais dos dois eixos (inclusão/exclusão, homogeneidade/fragmentação) prevalecerá” (TEDESCO, 2006, p. 8). Neste contexto observa-se que, a orientação dessa escolha, independente de qual será, é uma opção por uma visão ética e política e não um produto determinado pelas forças produtivas do Capitalismo. Contudo, para tomar uma decisão consciente, livre e informada entre um caminho e outro, torna-se necessário ter o domínio de um conjunto amplo de conhecimentos técnico-científicos, e nesta perspectiva, a informação e o conhecimento são bens sociais necessários para se diminuir as distâncias sociais, na medida em que os indivíduos passam a dominar determinadas informações, estes são empoderados e portanto, capazes de realizar transformações junto a seus pares em seu meio social de forma consciente e refletida. Ao apontar essa condição, não significa dizer que ela é suficiente para a solução dos problemas, mas certamente é o caminho, haja vista que na atualidade torna-se necessário apoiar iniciativas e práticas que primem pelos valores éticos, políticos e sociais com base em conhecimentos que viabilizem ações reais e transformadoras.

### **3 O MARANHÃO E AS DESIGUALDADE DIGITAIS**

Após enfatizar que as desigualdades sociais e econômicas que caracterizam as sociedades, em especial o Brasil, determinam significativamente as condições de acesso aos benefícios das modernas tecnologias de informação e da

comunicação. Neste caso, infelizmente, o Maranhão não é exceção, pelo contrário, pois se trata de um dos Estados mais pobres da Federação conforme as pesquisas e seus indicadores de desenvolvimento humanos – IDH, o Estado ainda é presença garantida nos últimos lugares quando o assunto é desenvolvimento social e humano. No Maranhão o analfabetismo atinge cerca de 26% da população; 63% são pobres; 68% de pessoas vivem com menos de 80 reais por mês; a concentração de terras sob o domínio de latifundiários gira em torno de 80% do total de terras férteis e apenas 2,9% de terras pertencem ao minifúndio. A participação da riqueza nacional é inferior a 1%, combinada com a desigualdade social, em que menos de 0,5% dos ricos controlam mais de 60% da riqueza estadual, esses dados compõem o quadro de pobreza e desinformação a que são submetidos os maranhenses (BORGES; FERREIRA, 2006).

No campo da política, passa-se por um momento de transição em que sai do governo estadual uma oligarquia que controlava as riquezas maranhenses há quarenta anos, responsável por um modelo de desenvolvimento patrimonialista, assistencialista, marcado por relações hierárquicas cujas disputas entre grupos, facções políticas contribuíram para a pouca renovação dos gestores públicos refletindo por sua vez na descontinuidade dos projetos implantados pelo Estado, levando instituições públicas de socialização da informação e do conhecimento ao não atendimento das necessidades informacionais da população (BORGES; FERREIRA, 2006).

Deste modo, o quadro não tem como ser outro, a população do Maranhão ao longo das últimas décadas tem vivido a margem dos benefícios das novas tecnologias de informação e da comunicação, bem como da Sociedade da Informação. Em muitas regiões do Estado, o povo ainda luta pela garantia dos direitos mais elementares, como o acesso a educação básica e alimentação de qualidade e nutritiva.

No que tange às políticas públicas de informação, consideradas aqui como estratégias de ação oriundas do Estado, que visam democratizar o acesso a informação e o conhecimento, aos bens, aos produtos e serviços gerados por ela e com vistas a socializar o saber e promover a justiça e equidade social, visualiza-se o quadro de exclusão digital a partir dos dados levantados pela Pesquisa

“Informação e Desigualdade Social no Maranhão”, ora desenvolvida junto ao Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão<sup>1</sup>. A pesquisa visa estudar como estão sendo articuladas as políticas de informação e leitura no Estado, através de ações articuladas entre Secretarias de Estado e municípios maranhenses. Ao longo do trabalho de campo<sup>2</sup> desta pesquisa visitamos 16 municípios maranhenses situados entre as Regiões Tocantina e Alto Turi (Imperatriz, Davinópolis, João Lisboa, Governador Edson Lobão, Campestre do Maranhão, Ribamar Fiquene, Lajeado Novo, Junco do Maranhão, Maracaçumé, Governador Nunes Freire, Maranhãozinho, Presidente Médici, Centro do Guilherme, Centro Novo do Maranhão, Santa Luzia do Paruá e Nova Olinda), e constatou-se a existência de telecentro públicos em apenas 4 destes municípios, nos que possuem situação econômica mais favorável. De modo geral, destes municípios pesquisados, apenas 7 possuíam algum tipo de acesso a rede mundial de computadores – internet e, o acesso a essa tecnologia limita-se muitas vezes aos funcionários da prefeitura, onde os pontos de acesso a internet estão instalados.

Complementar a este estudo utiliza-se aqui os indicadores de desigualdades digitais construídos a partir das pesquisas realizadas por Julio Jacobo Waiselfisz (2007), que revelam o mapa das desigualdades de acesso ao mundo digital no Brasil, o estudo demonstra que das unidades federadas, o Maranhão apresenta quadros de extremas situações de desigualdades de infouso<sup>3</sup>, com 2,1% de pessoas com acesso domiciliar a rede e 7,7% de usuários de internet, esses dados se comparados a outras unidades da federação, como o Distrito Federal, com 31, 1% e 41, 1% respectivamente, chocam ainda mais. A pesquisa ainda revela dados referentes ao uso da internet segundo local de uso: centros gratuitos para a

---

<sup>1</sup>A pesquisa “Informação e Desigualdade Social no Maranhão: as bibliotecas, os arquivos e profissional da informação – desafios para pensar o Estado democrático”, conta com o apoio financeiro da Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão, da Fundação de Apoio à Pesquisa no Maranhão – FAPEMA e Universidade Federal do Maranhão/PIBIC/CNPq. Este estudo é coordenado e orientado pela Profa. Dra. Mary Ferreira.

<sup>2</sup> O trabalho de campo ocorreu nos meses de janeiro e maio, do ano de 2007. Durante as visitas aos municípios os bolsistas-pesquisadores entrevistaram vereadores, gestores públicos municipais, moradores das localidades, a fim de levantar informações sobre como estão sendo desenvolvidas e implementadas as políticas públicas de informação na cidade. Outra técnica utilizada no levantamento de dados deste estudo foi à observação direta dos aspectos sócio-culturais, educacionais, políticos e econômicos nos municípios. E o mapeamento de todos os pontos de informação e cultura da cidade pesquisa (museus, centros de cultura, arquivos, telecentros, bibliotecas públicas, casa de cultura etc.).

<sup>3</sup> Desigualdades de Infouso são desigualdades existentes em função de diferenças entre as diversas áreas do país, notadamente em sua estrutura regional, que originam condições marcadamente diferenciais de acesso aos

população de 10 anos ou mais, os indicadores do Maranhão revelam que por aqui, 0,3 dos 40% mais pobres usam internet em relação aos 2,9 dos 10% mais ricos do Estado.

Os índices de exclusão digital mostram o Maranhão nas primeiras posições do índice de desigualdades elaborado pela pesquisa. O Estado ocupa a 1ª posição em desigualdades de infouso; 8ª em desigualdades digitais relacionadas às desigualdades socioeconômicas; o 7º lugar nas desigualdades de acesso por falta de centros gratuitos de acesso a internet, os telecentros; e no ordenamento geral, o 7º lugar no Índice geral das desigualdades digitais no Brasil.

Assim, diante do exposto percebe-se claramente o modelo concentrador e excludente em que se formaram, persistem historicamente, as desigualdades no Maranhão. São inúmeras as evidências que indicam que é pela via de uma proposta inclusiva e democrática que se poderá garantir o acesso aos benefícios da sociedade informacional através das tecnologias de informação e da comunicação, na mesma medida estruturar um papel social a estas ferramentas, gerando desenvolvimento, igualdade, equidade e justiça social a todos e todas.

#### **4 O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO E A CIDADANIA DIGITAL**

Diante do contexto de exclusão em que estão inseridos grande parte da população maranhense, sobretudo no que concerne às exclusões digitais, cabe ao conjunto da sociedade lutar pela garantia e exercício do conjunto de direitos que identificam os indivíduos como cidadão. Na abordagem aqui desenvolvida compreendemos cidadania como a expressão dos direitos e deveres dos sujeitos livres e conscientes. Cidadania, conforme Santos (apud BOTTENTUIT, 2002, p. 88), “é produto de histórias sociais diferenciadas, protagonizadas por grupos sociais diferentes”. Segundo Bottentuit (2002) a conquista de uma cidadania digital só se concretizará através de embates teóricos, da luta permanente pela transformação das estruturas sociais vigentes, e principalmente, pela garantia do acesso aos benefícios do mundo digital, através das novas tecnologias de informação.

---

benefícios digitais. Essa dimensão foi elaborada foi elaborada pela articulação de dois indicadores: desigualdades de internet domiciliar e desigualdade de uso de internet (WAISELFISZ, 2007, 11-12)



Ao se pensar caminhos para a construção da cidadania digital não se pode perder de vista o tempo e o espaço em que estamos inseridos, ou mesmo contexto político, social e econômico e educacional em que se vive. É dever do Estado, garantir o direito de acesso à informação em todos as suas dimensões e o acesso as tecnologias de informação e comunicação de forma a diminuir as brecha digitais, já agudas em grande parte do país. Recomenda-se a elaboração e implementação de políticas de inclusão digital em todos os pontos públicos de acesso da população, construção de telecentros, instalação de pontos de acesso a rede em bibliotecas públicas, implantação de laboratórios de informática nas escolas, tribunais, hospitais, correios e demais locais de grande acesso por parte da população.

No tocante aos profissionais da informação, torna-se necessário que estes encarem o problema das desigualdades de acesso ao mundo digital como um problema social a ser enfrentado, com vistas a diminuir as distâncias e brechas sociais que situam classe, gênero, raça e etnia em lugares distantes nas sociedades. O profissional da informação deve entender que, a construção do Estado democrático caminha junto à garantia de direitos e deveres a todos e todas e, neste rumo o exercício da cidadania passa necessariamente pela questão do uso e acesso da informação, “pois tanto a conquista de direitos políticos, sociais e civis, como a implementação dos deveres do cidadão dependem fundamentalmente do livre acesso a informação sobre tais direitos e deveres” (ARAÚJO, 1999, p.158). Resumindo, depende de políticas públicas de informação e de políticas direcionadas a inclusão digital de todos que formam o conjunto da sociedade e, que nessa caminhada a sua atuação profissional faz muita diferença, pois este foi formada para trabalhar, organizar e disseminar a informação, hoje, o bem social mais precioso.

## **5 CONCLUSÃO**

As reflexões até aqui construídas, apontam para a necessidade de se pensar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais oriundos da nova ordem social, a sociedade da informação. Ao longo deste trabalho fica evidente que as diversas desigualdades sociais que caracterizam o país são fatores que determinam

significativamente as condições de acesso aos benefícios do mundo digital, e por conseguinte, das tecnologias de informação e comunicação.

Neste novo contexto, em que se desenha a sociedade atual, já é comum a expressão desigualdade digital, que nada mais são “do que uma nova forma de manifestação das tradicionais diferenças e divisões existentes em nossas sociedades e no mundo. Uma nova forma de manifestação dessas diferenças que, por sua vez, recapitula e reforça as diferenças pré-existentes” (WAISELFISZ, 2007, p.101-102). Aponta-se que tais diferenças decorrem do sistema do capital, cuja identidade é gerada pela contradição econômica oriundas da divisão entre os proprietários privados dos meios de produção e os trabalhadores como força produtiva das mercadorias. A sociedade capitalista funda-se em uma divisão interna – a contradição das classes sociais. (CHAUÍ, 2006).

No bojo desse fenômeno, o profissional da informação deve estar ciente de que no campo digital, da mesma forma como em outras áreas, trabalhar para reduzir as distâncias sociais no seu meio social, no mundo, fazendo emergir uma sociedade mais justa socialmente para todos e todas. Alerta-se que é necessário que o profissional da informação, assim como todos os outros sujeitos/atores sociais, tomem uma posição e atuem a respeito dessa questão, por que se nenhuma ação ou medida mais efetiva for feita no sentido de se diminuir as desigualdades digitais, perigosamente, estaremos reforçando a lógica perversa do sistema, que é excludente.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Eliany Alvarenga de. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto das Organizações Não-Governamentais brasileiras. **Ciência da informação**, Brasília, v.29, n.2, p.155-167, maio/ago. 1999.

BOLTANSKY, L.; CHIAPELLO, E. O novo espírito do capitalismo. Madrid: Editora Akal, 2002.

BORGES, Luis Cláudio; FERREIRA, Maria Mary. Informação e desigualdade social: as bibliotecas públicas e a prática política dos gestores públicos maranhenses. In: ZANNONI, Cláudio (org.). **VI Encontro humanístico**: caderno de resumos. São Luís: EDUFMA, 2006.

BOTTENTUIT, Aldinar Martins. Cidadania Digital: responsabilidade social em um mundo conectado e em rede. In: CASTRO, César Augusto (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: múltiplos discursos**. São Luís: EDUFMA; EDUFMA, 2002. p. 73-93.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação**. Madrid: Alianza Editora, 2007.

CALDERON, F. **É sustentável a globalização na América Latina?**. Santiago do Chile: Fundo de Cultura Econômica, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania cultural: o direito à cultura**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

TEDESCO, Juan Carlos. Prioridade ao ensino de ciências: uma decisão política. Cadernos da Ibero-América. Madrid: Organização dos Estados Ibero-Americanos, 2006.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa das desigualdades digitais no Brasil. Brasília: RITLA; Instituto Sangari; Ministério da Educação, 2007.

\_\_\_\_\_. Lápis, borracha e teclado: tecnologia da informação na educação Brasil e América Latina. Brasília: RITLA; Instituto Sangari; Ministério da Educação, 2007.

UNESCO. **Vers les sociétés du savoir**. Paris: Editions UNESCO, 2005.

---

<sup>1</sup> Mary Ferreira, Universidade Federal do Maranhão.

<sup>2</sup> Cenidalva Teixeira, Universidade Federal do Maranhão, [ceni@ufma.br](mailto:ceni@ufma.br).

<sup>3</sup> Luís Cláudio Borges, Universidade Federal do Maranhão, [lcborges2@gmail.com](mailto:lcborges2@gmail.com).